

PATRIMÔNIO CULTURAL E PAISAGEM EM SUA SIGNIFICAÇÃO ESPACIAL

Anelino Francisco da Silva

Prof. Dr. Depto. Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

aikosnelus@ufrnet.br

Resumo:

A noção de *patrimônio cultural* ganha visibilidade na década de 1970, o que amplia a concepção de memória e de delimitação da cultura, que passam a ser consideradas como elementos constitutivos das práticas, das representações e das expressões cognitivas, dentre outros do fazer humano. Os valores do patrimônio cultural - material e imaterial - assumem dupla funcionalidade: como fator de identidade, do saber, da história e da memória e pelo caráter mercadológico que metamorfoseia a “engenharia cultural”. Esse tipo de patrimônio expressa a espacialidade, o sentimento de identidade e da representação, além de simbolizar a memória cultural da sociedade e a valorização do espaço. A Geografia e o patrimônio cultural em sua relação com a paisagem vêm ganhando materialidade desde 1970, tendo sido reconhecidos como instrumentos da inclusão de bens, na lista do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no 16º Comitê do Patrimônio Mundial (1992). O patrimônio/paisagem, como elemento integrado de análise da realidade, tem sido capaz de unir o ambiente natural, por escala de valor singular, contrapondo-se ao chamado “paradigma da modernidade” (SCHAMA, 1996), que, ao estabelecer rumos para o progresso da civilização ocidental, opunha *natureza* e *cultura*, entendendo o ambiente como cenário da ação do homem. A transposição desse entendimento para a noção de *paisagem cultural* diz respeito a uma mudança na escala de valores atribuídos à natureza ao longo do tempo, ou seja, uma aproximação dessas duas esferas como resultado de um processo histórico e de uma dinâmica social e específica para os quais podem ser estabelecidos múltiplos entendimentos.

Palavras-chave: Geografia. Patrimônio cultural. Identidade. Paisagem.

CULTURAL HERITAGE AND LANDSCAPE IN THEIR MEANING SPACE

The notion of cultural heritage became more visible in the 1970s extending the concept of memory and cultural delimitation to be considered as constitutive elements of the praxis, representations and cognitive expressions of the human making. The values of cultural heritage – material and imaterial – assume a double function: as an identity element of knowledge, of history and of memory and also through the marketing that transforms the ‘cultural engineering’. This type of heritage represents the spaciality, the identity and the representation, apart from symbolising the social cultural memory and the valorization of space. Geography and the cultural heritage in their relation to landscape are gaining materiality since the 1970s, when they have been recognized as instruments of inclusion of goods in the UNESCO’s list by the 16º Worldwide Heritage Comitee (1992). The heritage/landscape, as an analitical element of reality, has been capable of unite the natural environment in relation to the ‘paradigm of modernity’ (SCHAMA, 1996). This, paved the way to the West civilization’s progress, opposing *nature* and *culture*, and understanding the environment as a scenery for men’s actions. The understanding of the notion of *cultural landscape* has to do with a changing of the value given to nature through time, that is, the approximation between them resulted from a historical process and an specific social dynamics.

Key word: Geography. Cultural Heritage. Identity. Landscape.

1 Introdução

O artigo faz uma reflexão sobre o porquê de o patrimônio cultural, o material e o imaterial ser considerado um testemunho significativo da cultura da sociedade imprescindível para a conformação da identidade cultural de um povo. Esta reflexão ampara-se em leituras sistematizadas de paisagens em discussão no mundo acadêmico. Neste sentido, a metodologia empregada está consubstanciada no estado da arte que se refere à paisagem cultural.

O patrimônio cultural imaterial expressa as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante da sociedade.

Esse tipo de patrimônio é transmitido de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos, em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Já o patrimônio material é composto por um conjunto de bens culturais, classificados, segundo sua natureza, nos quatro Livros do Tombo¹: o que trata dos aspectos arqueológico, paisagístico e etnográfico; o histórico; o das belas artes; e o das artes aplicadas. Compreendem tais compêndios, além de bens imóveis - núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais -, bens móveis, como coleções arqueológicas e acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

O patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas, pois pode ser concebidos por representações, expressões, conhecimentos e técnicas.

Sobre tais concepções, este artigo traz uma reflexão socioespacial do patrimônio cultural, através da abordagem das dimensões cultural, política e econômica, e também da real participação da sociedade, para uma compreensão da produção do espaço que atenta a paisagem e a ela se integra, a fim de estabelecer como horizonte a perspectiva de uma interpretação pela racionalidade.

Na construção da paisagem, o que se projeta são formas, pluralidades e diversidades - o que talvez induza a uma transformação do plano estético representado pela paisagem no espaço geográfico. Exprime facetas sensoriais dos territórios, em domínios tão variados com a afetividade, o imaginário e a aprendizagem sociocultural. Então, o que a paisagem pode representar para a sociedade? As formas mais sutis e, por isso mesmo, mais profundas de serem enquadradas em nossas concepções.

O que representa a paisagem é a apropriação do espaço geográfico, que revela na sua organização a plenitude de sua regularidade espacial. Assim compreendida, a paisagem está para a Geografia, assim como a Geografia está para a paisagem. É fundamental compreender os mecanismos socioeconômicos que fazem evoluir a paisagem e, com base neste conhecimento, desenvolver um modo de planejar e gerir os fenômenos que conduzem à produção da paisagem (ALVES, 2001).

1. A expressão “livro de tomo” provém do Direito Português, no qual a palavra “tombar” tem o sentido de registrar, inventariar e inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, a torre Albarrã e no Castelo de São Jorge, em Lisboa (Portugal). O Livro do Tombo do Patrimônio Cultural Brasileiro está consubstanciado no Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que normatizou na esfera federal o tombamento e é um dos instrumentos legais básico do IPHAN. O art. 4º deste Decreto-Lei determina a criação de quatro Livros do Tombo, nos quais estão os bens culturais sob proteção da lei.

Como nos diz Jean-Marc Besse (2006, p.92), a “paisagem é expressão e mais precisamente, expressão da existência”. Na realidade, ao ser humano, sujeito da ação num determinado espaço geográfico, cumpre a missão de olhar e ver as formas num sentido amplo e irrestrito.

2 Geografia, o patrimônio cultural e a paisagem

O patrimônio cultural tem uma preponderante dimensão *política*. As ações direcionadas para a sua construção, em âmbito mundial, não representam apenas anseios simbólicos e cognitivos, mas, sobretudo, anseios pragmáticos e concretos. A centralidade de qualquer preocupação relativa ao patrimônio cultural (identificação, proteção, valorização) tem sido de ordem política, direcionando-se para a exploração cultural.

Os bens culturais, na globalização dos lugares e no circuito global das cidades, requerem a acumulação e a reafirmação tanto de um “capital simbólico” (HARVEY, 2005) quanto de marcos de distinção. O que se identifica na mídia é um bombardeio de imagens “valorativas”, que produzem simulacros da história, da tradição e da cultura local. O *marketing* a respeito de realizações artísticas relacionadas a esses valores presta um apoio necessário à formulação desse processo de valorização espacial (BORTOLOZZI, 2008). Dá-se-se, dessa maneira, o encontro da economia, da mercantilização e da preservação com a cultura.

Scifoni (2006) chama a atenção para a existência de um fervor “contemporâneo ao culto do passado” na Europa, por exemplo, de forma que a preservação do patrimônio se generalizou como fundamental, alcançando-se um excesso de conservação, naquele Continente.

Jeudy (2005, *apud* Scifoni, 2006, p.62) cita as evidências desse excesso: “a prioridade total nos centros históricos pela restauração de fachadas; o esgotamento da identificação e da proteção do patrimônio industrial; a expansão das pesquisas etnográficas que buscam identificar todas as espécies de rito, de simbolismos; a preservação até mesmo da memória de catástrofes”.

De acordo com Scifoni, (2006), essa “obsessão” pelo patrimônio tem relação com a formação de uma consciência coletiva dos riscos da perda dos referenciais de memória e de identidade, que se desenvolveu nas últimas décadas.

O patrimônio cultural e o patrimônio arquitetônico, por exemplo, podem ou devem constituir-se uma razão turística? E até que ponto o turismo pode conservar, transformar ou afetar seriamente os bens culturais? O patrimônio cultural da humanidade revela a riqueza histórica da humanidade, uma riqueza permanente, que, dialeticamente, vive um processo de “construção destrutiva” (COSTA, 2009), através das ações de preservação, mediadas pelas necessidades de sobrevivência econômica da Sociedade Contemporânea.

Em Portugal, a noção de patrimônio cultural imaterial, trazida para a ordem do dia via esforços políticos, intelectuais e artísticos, que visava à classificação do fado² como patrimônio mundial pela UNESCO, teve avanços teóricos significativos. Tais avanços foram resultantes de estudos realizados pelo escritor e etnólogo Alexandre Palafita³, que, articulada

² O fado como patrimônio imaterial da humanidade valoriza a língua e a cultura portuguesa e realça a importância dessa canção popular vivida e cantada pelos lisboetas. A classificação do gênero musical foi aprovada pelo VI Comitê Intergovernamental da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. A Unesco distingue o fado enquanto tradição e expressão da identidade cultural de Portugal.

³ Neste quadro conceitual, Palafitas considera a necessidade de distinguir como patrimônio cultural imaterial em três grupos de bens culturais: “1 – Os gêneros de literatura oral tradicional que, uma vez produzidos, ganham uma razoável autonomia em relação ao seu processo de produção, enriquecendo-se no contexto de uso intergeracional: canções, romances, contos populares, paremiologia, rezas, ensalmos [...]; 2 – Expressões e manifestações intrinsecamente ligadas a suportes físicos (lugares de memória) ou a referenciais histórico-

uma ampla frente, estabeleceu e possibilitou o reconhecimento do fado como patrimônio da humanidade.

Em Paris (1837), com a criação da comissão encarregada de preservar os monumentos históricos da cidade, floresceu o estudo do tema, destacando-se o trabalho do arquiteto Eugène E. Viollet-le-Duc, que começou a estabelecer princípios de intervenção em monumentos históricos e a definir uma metodologia de restauração dos monumentos (VIOLETT, 2000). A restauração era considerada como uma ciência, na época, devido à grande influência, na Europa, do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial (MOHEN, 1999) – movimentos que geraram rupturas com o passado. O acontecimento que ocorreu no Brasil em 1922 - a chamada Arte Moderna – leva a um rompimento efetivo com o estado da arte daquele período, motivando o forjamento de uma identidade nacional ligada ao modernismo das artes e o do sentimento de proteção aos bens históricos.

No Brasil, o interesse é percebido na Semana de Arte Moderna (1922). E é com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934) que se efetiva o serviço de restauração dos monumentos históricos, que ocorre, principalmente, em Ouro Preto-Minas Gerais (GOMBRICH, 1978).

Com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1937) –, passou-se a garantir a preservação do patrimônio dos bens de valor histórico e artístico do Brasil. Mas é através da Constituição Federal de 1946 que se faz referência à proteção do patrimônio artístico nacional, ao se determinar no Art. 175 que as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza, ficassem sob a proteção do poder público (BRASIL, 1946).

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural adota, na Conferência Geral da UNESCO (1972), os seguintes conceitos:

Os monumentos – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 2).

Acrescente-se que a UNESCO estabeleceu novos critérios de avaliação, quanto ao valor universal excepcional dos bens considerados patrimônio mundial, por exemplo: testemunhar uma influência considerável, durante um período dado ou em uma área cultural

religiosos: rituais festivos, crenças do sobrenatural, lendas e mitos, histórias de vida [...]3 – Manifestações em permanente atualização pela mobilização de novos recursos, ambientes e funcionalidades num processo de ressignificação das tradições: trajes, danças, jogos tradicionais, romarias, gastronomia, artesanato [...].” PALAFITAS, 2010).

determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planejamento das cidades ou da criação da paisagem (UNESCO, 2007).

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), no Art. 216, explicita que constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da Sociedade Brasileira. Entre esses bens, se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p.141-142).

Assim é estabelecida, no nível legal e institucional, a compreensão do resguardo e/ou preservação do patrimônio histórico, artístico, cultural, natural e outros. Então, desse quadro é que se engendra e se tipifica o estado da arte do que se denomina *patrimônio*.

Dessa formulação teórica e prática, arquiteta-se o entendimento de que o patrimônio cultural representa uma seleção de representação e de significados que se concretizam quando “um indivíduo ou grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos” (BALLART, 1997, p.17). Embora o patrimônio seja “objectualista” (PEREIRO, 2006), nesse processo ele (o patrimônio cultural) tende a fixar permanência, enquanto a cultura está em constante mudança.

A mudança é inerente à noção de cultura, mas também à de patrimônio cultural. Entretanto, expressa Pereiro que (2006, p.25) “o patrimônio cultural é uma expressão da cultura dos grupos humanos que recupera memórias, ritualiza sociabilidades, seleciona bens culturais e transmite legados para o futuro”.

Conceitualmente, as diversas aproximações teórico-metodológicas sobre o patrimônio cultural estão associadas a processos de recuperação e conservação. É o caso, por exemplo, da tradicionalista (PEREIRO, 2006), segundo a qual o patrimônio é reduzido a um conjunto de bens, materiais e imateriais, que representam a cultura popular pré-industrial; da historicista, que considera o patrimônio cultural como objeto e relicário do passado, sendo, portanto, conservacionista; da construtivista (PRATTS, 1997; SIERRA, 2000), que entende o patrimônio como um conjunto de bens culturais fruto de um processo de construção social; e da patrimonialista (RODRÍGUEZ, 1997), para a qual o patrimônio é tido como a recuperação de memórias do passado, numa perspectiva para explicar mudanças dos modos de vida. Kirschenblatt-Gimblett (2001) ressalta que essa recuperação poderia dar-se através de um processo de “patrimonialização”.

Pereiro (2006, p.26) considera o patrimônio cultural “uma intervenção na cultura e os bens patrimoniais representam [...] formas de vida e de identidade de um grupo humano num tempo e num espaço concreto”.

Na visão produtivista (CANCLINI, 1989; ASHWORTH, 1994; KIRSCENBLATT-GIMBLETT, 2001), apreende-se o patrimônio como uma nova forma de produção cultural para “os outros”, que pode ajudar a solucionar o desemprego, revitalizar o consumo e atrair pessoas para fazer o turismo cultural. Delineia-se, nessa ótica, o patrimônio cultural como capital e sua ativação como um meio através do qual os lugares convertem-se em destinos turísticos (PEREIRO, 2006).

A visão participacionista (CANCLINI, 1989), por sua vez, aponta para a recuperação e a conservação do patrimônio cultural agregadas às necessidades sociais, ou seja, evita as desigualdades, a monumentalização e a “coisificação” de objetos. O participacionismo defende uma política do patrimônio cultural. É de autodefinição e autoconhecimento identitários, promovendo compreensões da cultura e o fortalecimento da consciência e da diversidade cultural.

Essas aproximações teórico-metodológicas, descritas sumariamente, são referências que se efetivam, pois o patrimônio cultural deve ser apreendido por seu valor de uso e pelos significados específicos de cada tempo.

É interessante perceber o patrimônio cultural do ponto de vista “político territorial” (PEREIRO, 2006). Ele aborda níveis como: patrimônio local, patrimônio regional, patrimônio nacional, patrimônio ético, patrimônio continental e patrimônio mundial. Esses níveis exigem que os bens susceptíveis de se converterem em patrimônio cultural satisfaçam uma série de regras e obrigações, e que os promotores e valorizadores observem essa exigência.

A trajetória do conceito de Paisagem Cultural é polêmica nas Ciências Humanas, em razão das múltiplas abordagens a ele aplicadas, como informa Meneses (2002). Este autor expõe as dificuldades enfrentadas na sua abordagem, sobretudo pela História, na tentativa de compreensão do território, enquanto documento. Para o autor, o caráter polissêmico da paisagem é um desafio para aqueles que desejam estudá-la: “Certamente tal flexibilidade traz vantagens, mas também banaliza e pode fazer perder o fio da meada, o risco maior, sobretudo, é a desistoricização do conceito” (MENEZES, 2002, p.29).

Como lembra Rafael Winter Ribeiro em “Paisagem e Patrimônio” (2007), tal vínculo mostra-se presente nas políticas de preservação brasileiras, desde a instituição do SPHAN pelo Decreto-Lei 25, de 1937. Porém, a aplicação dessa categoria tem sido insuficientemente clara ao longo da história do órgão, o que revela a pouca clareza em relação àquilo que se entendia por paisagem, tornando-a dessa forma um campo fértil de discussão acerca dessas políticas de identificação e preservação do patrimônio (RIBEIRO, 2007).

Em linhas gerais, o patrimônio cultural, desde meados do século XX, despreza a “monumentafolia” (ROTA, 2001, p.196), para criar o conceito de bem cultural patrimonial. A UNESCO estabelece a lista de patrimônio cultural mundial oral e define o patrimônio imaterial como:

Os usos, as representações, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos e espaços culturais que lhes são inerentes – que as comunidades, os grupos e nalguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e os grupos em função do seu entorno, a sua interação com a natureza e a sua história, infundindo neles um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para a promoção e o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana (UNESCO, 2003, p.11).

Neste sentido, a reflexão sobre o patrimônio cultural pode levar a que se vislumbrem possibilidades para o enfrentamento do diálogo entre a Geografia e o patrimônio. A complexidade desse conhecimento, que incorpora reflexões de diferentes ciências, nutre-se também do envolvimento prático dos diversos agentes sociais.

Tanto o patrimônio cultural como a totalidade do espaço geográfico em que acontecem os eventos denominados de patrimônio cultural deve ser compreendido como múltiplos

(MIGRO, 2001), pois levam à compreensão da complexidade do que é o patrimônio cultural em seus diversos níveis.

Desta forma, o processo de conhecimento sobre o patrimônio cultural, na perspectiva do território, estabelece o entendimento dinâmico das reflexões socioespaciais, alicerçadas como legados significativos da humanidade, de proveniência quer econômica, quer cultural.

Diante das dinâmicas e das contradições em relação às práticas socioespaciais, o patrimônio cultural, no contexto da globalização e do território, apresenta-se como a materialidade de determinado espaço geográfico e de uma sociedade. Assim, ele passa a expressar significado e a ter importância e ser considerado fator de identidade.

Por sua representação, o patrimônio estabelece intrínseca conexão com a preservação da identidade de uma sociedade com os bens imateriais e materiais. Sua manutenção chega a apresentar poder de garantir a sobrevivência da memória sociocultural. Daí se considerar que o patrimônio cultural edificado é um “suporte da memória social” (MÉSENTIER, 2005).

Na Geografia, o conceito de paisagem foi sistematizado por Sauer (1925), em “A Morfologia da Paisagem” (1925), considerada fundadora da geografia cultural norte-americana. Nessa obra, a paisagem é vista como um conceito-síntese da Geografia e o método morfológico, como o modo de abordá-la.

A obra de Sauer, entendida em seu tempo, revela uma abordagem do território contemporânea à de La Blache, concebida a paisagem como elemento integrador e como uma metodologia de trabalho para os geógrafos, através do resgate de conceitos da Geografia alemã de Passarge e Schuluter. Por tal perspectiva, a cultura é o agente; a área natural, o meio; e a paisagem cultural, o resultado (SAUER, 1925; CORREA, ROSENDHAL, 2004).

Teóricos pertencentes à nova geografia cultural, como Auguste Berque e Denis Cosgrove, entenderam a paisagem sob enfoques renovadores daquele proposto por Sauer (1925), ou seja, pelo seu caráter simbólico, como aponta Cosgrove, ou pela ideia difundida por Berque, de “Paisagem Marca” e “Paisagem Matriz”.

Para Cosgrove (1984), a paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história e “representa uma forma de olhar – uma forma na qual alguns europeus têm representado para si próprios e para os outros o mundo sobre eles e seus relacionamento com este” (COSGROVE, 1984, p.1). Trata-se de uma visão de paisagem simbólica ligada à corrente marxista que busca na paisagem um ponto de convergência e um marco das relações tecidas pelo homem com a natureza em sua busca incansável por dominá-la (RIBEIRO, 2007, p.26).

A paisagem apresenta-se carregada de símbolos, significados, marcas visíveis ou invisíveis. A subjetividade relacionada às paisagens, “parece mais livres de nossa cultura, a um exame mais atento, podem revelar-se como seu produto. Parece correto reconhecer que é nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem” (SCHAMA, 1996, p.20).

Para esse autor, nossa tradição da paisagem é produto de uma concepção, ou seja, do senso comum, sendo, portanto, relativa a uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos e lembranças. As paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social (SCHAMA, 1996). Berque (1998) complementa tal noção ao afirmar que a paisagem não reside no objeto nem somente no sujeito, mas na complexa interação entre ambos.

A “preservação” do patrimônio cultural ganhou dimensão espacial e se destacou como assunto relevante. Num momento em que se “(re) descobriu” a potencialidade do patrimônio, houve um direcionamento de olhares. O fato é que essas transformações em torno desse componente proporcionam e reforçam uma reestruturação espacial, além de trazer novas exigências.

O patrimônio cultural e sua preservação é uma ação política da sociedade organizada. Como bem cultural, compreende a produção de bens materiais e imateriais que se conformam em determinado espaço geográfico. O patrimônio significa a materialidade dos diversos aspectos de uma sociedade e expressa a memória social de um lugar entendido como espaço geográfico, a qual tende a garantir a identidade dessa sociedade.

O homem dá significados a todos os elementos, materiais e imateriais, de maneira a adequar-se às novas necessidades do tempo, o que lhe permite forjar uma rede de significados que se organiza com base no valor social do bem patrimonial, que depende dos juízos de valor que a esse bem serão incorporados pela sociedade.

É relevante o significado que a paisagem tem na definição do conteúdo-herança, que aqui é designado como patrimônio cultural, material e imaterial. E a Geografia desempenha papel fundamental na apreensão desses bens (materiais e imateriais), que consolidam o processo estruturador do patrimônio cultural, através do significado e da representação que tendem a alicerçar-se no seio da sociedade contemporânea.

3 Conclusão

A paisagem, destarte, encontra-se intimamente ligada à nova maneira de se ver o mundo global, como uma criação ordenada, desordenada, caótica, mas de certa forma harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis ao homem, agindo como guias para suas ações que visam a alterar e aperfeiçoar o meio ambiente.

A valorização da paisagem cultural como patrimônio traz consequências diretas para o uso e a fruição comum do espaço por parte dos habitantes e dos visitantes, ressaltando aspectos espirituais, memoriais e afetivos relacionados às paisagens e otimizando esforços para o desenvolvimento de ações profícuas neste sentido.

A paisagem cultural pode ser entendida com um conjunto de elementos que estão inter-relacionados com os processos dinâmicos urbano e ambiental. Tal tipo de paisagem sofre transformações, podendo ser (re)criada por meio do processo de aceleração do capitalismo, tornando-a vulnerável pelas atuais modificações econômicas existentes e as intervenções humanas, que são agentes atuantes nesse cenário urbano. É preciso frisar que as implicações das ações antrópicas tendem a afetar a essência da paisagem natural em suas características objetivas ou subjetivas.

O conceito de patrimônio cultural não se restringe apenas à arquitetura e a outros bens móveis, mas deve ser entendido de forma bem ampla, já que a ele pertencem também todas as manifestações culturais de um povo. Portanto, não devem ser consideradas apenas as manifestações das classes dominantes, mas também as expressões de todas as classes sociais, testemunho de uma civilização.

O termo *patrimônio* traz no conjunto de seu significado uma relação estreita com a idéia de herança: algo a ser deixado ou transmitido para as futuras gerações. O patrimônio cultural é visto, portanto, como o legado de um povo ou conjunto de bens e valores representativos de uma nação, uma vez que o patrimônio cultural é o conjunto de bens que possuem valores históricos, artísticos, científicos ou associativos e que definem, em diferentes escalas, a identidade de uma comunidade, uma região ou um país e que devem ser preservados como legado para as gerações futuras.

Na realidade geográfica, a paisagem pode ser apreendida enquanto ambiente natural e patrimônio da humanidade. Ela exprime uma ordem da visibilidade que o ser humano descobre através das dimensões da valorização da estética. A paisagem é ambiente e um horizonte que se abre a quem olha.

A paisagem resulta da observação e fruto de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno dos valores simbólicos. A avaliação da paisagem é

de ordem cultural, incluindo-se aí as atitudes do indivíduo face ao ambiente e os sentidos que ele reconhece nos valores que lhe foram atribuídos pela sociedade.

Referências

ALVES, Teresa. Paisagem – em busca do lugar perdido. **Finisterra**, v.36, n.72, p.67-74, 2001.

ASHWORT, Gregory. From to heritage - from heritage to identity. In: ASHWORT, G.; LARKHAM (Orgs.). **Building a new heritage**. London: Routledge, 1994.

BALLAT, J. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 1997.
BESSE, Jean-Marc. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. C. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.84-91.

BORTOLOZZI, Arlêude. Patrimônio Cultural em território urbanizado e a reconstrução das cidades contemporâneas: caminhos e possibilidades da educação patrimonial. **Actas del Colóquio Internacional de Geocrítica**, 10. Barcelona, mai. 2008. Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/xcol/157>. Acesso: 23/11/2014.

BOGÉA, K. Brito. S. R.; PESTANA, R. G. **Centro histórico de São Luís Patrimônio Mundial**, São Luís, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

CANCLINI, Nestor G. **Las culturas populares em el capitalismo**. México: Nueva Imagem, 1989.

COSTA, Everaldo Batista. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial: o caso de Diamantina (MG)**, 2009. Dissertação (Mestrado), São Paulo: Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2009.

COSTA, Everaldo B. O lugar da América Latina na geografia do Patrimônio Mundial. In: EGAL 12, 2009. Montevideo. **Anais...** Encuentro aminhando en una transformación política y social. Disponível: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1203_Costa_Everaldo.pdf. Acesso: 26 out. 2014.

COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape**. Londres: CroomHelm, 1984.

CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. Apresentando Leituras Sobre Paisagem, Tempo e Cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura. 2.ed.**, Rio de Janeiro: Eduerj, 2004, p.7-11.

DRUMMOND, Siobhan. Introdução à qualidade. In: DRUMMOND, Siobhan; YEOMAN, I. **Questões de qualidade nas atrações de visitação a patrimônio.** São Paulo: Roca. 2004, p.5-15.

KIRSCENBLATT-GIMBLET, B. **Destination culture: tourism, museums and heritage.** Berkeley: University of California Press, 1998.

HARVEY, Davis. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: São Paulo (cidade). Departamento de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania.** São Paulo: DPH, 1992, p.189-194.

MESENTIER, Leonardo M, Patrimônio urbano, construção da memória e da cidadania. **Vivência**, Natal, n.8, p.167-177, 2005.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YAZIGI, Eduardo (Coord.). **Turismo e paisagem.** São Paulo: Contexto, 2002, p.29-64.

MOHEN, Jean-Pierre. **Les Sciences du Patrimoine: identifier, conserver, ressaureur.** Paris: Éditions Odili Jacob, 1999.

NIGRO, Cíntia. **Territórios do Patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2001.

PALAFITA, Alexandre. **Patrimônio imaterial do Douro.** Porto: Âncora Editora, 2010, v.1.
PEREIRO, Xerardo. Patrimônio Cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. **ADRA**, Tras-do Montes e Alto Douro, n.2, p.23-41, 2006.

PRATS, Llorenç. **Antropologia y patrimonio.** Barcelona: Ariel, 1997.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

ROTA, Fernández de J. A. **Betanzos frente a su historia: sociedade y patrimonio.** Coruña: Fundación Caixa Galicia, 2001.

RODRIGUEZ, Becena S. Patrimonio cultural, patrimônio antropológico y museos de antropologia. **Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico**, n.21, p.42-42, 1997.

SAUER, Carl. The morphology of landscape. University of California. **Publications in Geography**, v.2, n.2, p.19-54, 1925.

SCHAMA, Síomom. **Paisagem e memória.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCIFONI, Simone. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. São Paulo. **Revista Geosp – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.14, p.77-88, 2003.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH, 2006.

SERVIÇO PATRIMÔNIO Histórico e Artístico. Brasil, 1937.

SIERRA, Rodríguez X. C. Processos de patrimonialización. In: REBOREDO, Gonzalez X. M. (Coord.). **Proxecto Galicia: antropoloxía**. Corunha: Editorial Hércules, 2000, p.382-470.

UNESCO. **Convention concernant la protection du patrimoine mondial culturel et naturel**. Adoptée par la conférence générale à sa dix-septième session. Paris: L'UNESCO, 1972.

UNESCO. **Convención para la salvaguardia del patrimonio cultural inmaterial**. UNESCO, Paris, 2003.

UNESCO. **Plans de gestion et protection, outils de conservation et de promotion des biens du patrimoine mondial**. Paris: Siège de l'UNESCO, 2007.

VIOLLET-le-DUC, Eugène. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.